

SUMÁRIO

Agradecimentos	15
Apresentação	17

PARTE PRIMEIRA – O ESTADO E A TRIBUTAÇÃO, 21

1. O Estado e o Custeio das Despesas Públicas	22
2. A Descoberta de Petróleo da Camada do Pré-Sal: Mudança de Paradigma do Sistema de Custeio das Despesas Públicas?	24

PARTE SEGUNDA – A REFORMA TRIBUTÁRIA, 27

1. Introdução	27
2. O Projeto da Reforma Tributária – A Proposta de Emenda à Constituição	30
3. Crítica à Proposta de Emenda à Constituição	33
4. Apontamentos para uma Efetiva “Reforma Tributária”	35

PARTE TERCEIRA – O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, 37

1. Observação Preliminar	37
2. Noções Gerais do Sistema Tributário Nacional	39
3. Competência Tributária	40
3.1. Competência como Discriminação das Receitas Tributárias	41
3.2. Competência como Discriminação da Hipótese Normativa	43

SEÇÃO 1 – NORMAS GERAIS EM DIREITO TRIBUTÁRIO, 47

1. Princípios Tributários	48
1.1. Segurança Jurídica	50
1.1.1. A Segurança Jurídica e a Mudança de Critérios de Interpretação da Legislação Tributária pela Autoridade Fazendária	54

1.1.1.1.	<i>Drawback</i> para Fornecimento no Mercado Interno e o Ato Declaratório Interpretativo RFB Nº 12/07	55
1.1.1.2.	Percentual de Redução da Base do Lucro Presumido para Serviços Hospitalares	58
1.1.1.3.	Desmutualização da Bolsa de Valores e o Tratamento Tributário das Atualizações dos Títulos Patrimoniais	65
1.1.1.4.	O Ato Declaratório Interpretativo SRF Nº 05/06 e o Aproveitamento de Créditos Acumulados de IPI em Operações Imunes	67
1.2.	Capacidade Contributiva	71
1.2.1.	Tributação de Fundos de Investimento Lastreados em Títulos de Renda Variável	73
1.2.2.	O Regime Não-Cumulativo de PIS e COFINS das Empresas de Cessão de Mão-de-Obra e de Terceirização de Serviços.....	78
1.3.	Eficiência Jurídica	80
1.3.1.	A Eficiência do Sistema Tributário Nacional ...	81
1.3.1.1.	As Obrigações Acessórias, os Regimes de Recolhimento de Tributos e o Princípio da Eficiência	82
1.3.2.	A Eficiência na Tramitação do Processo Administrativo Tributário	85
1.4.	Moralidade	86
1.4.1.	A Imoralidade do Art. 170 do Código Tributário Nacional	87
1.4.2.	A Inconstitucionalidade Útil	89
2.	Conceito e Espécies de Tributo	91
2.1.	Definição de Tributo	91
2.1.1.	Conceito Legal de Tributo	92
2.1.2.	Nosso Conceito de Tributo	92

2.2. Espécies Tributárias	93
2.2.1. Critérios para a Classificação de Tributos e Análise do Art. 4º do Código Tributário Nacional	93
2.2.2. Imposto	96
2.2.3. Taxas	97
2.2.4. Contribuição de Melhoria	98
2.2.4.1. Crítica aos Arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional	99
2.2.5. Empréstimos Compulsórios	101
2.2.6. Contribuições	103
2.2.6.1. Contribuições para a Seguridade Social.....	103
2.2.6.2. Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	105
2.2.6.2.1. Crítica ao Regime Legal das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	108
2.2.6.3. Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	112
3. Responsabilidade Tributária	112
3.1. A Responsabilidade no Código Tributário Nacional	113
3.2. A Responsabilidade Pessoal dos Diretores, Administradores e Representantes da Pessoa Jurídica	115
3.2.1. Excesso de Poder ou Infração de Lei, do Contrato Social ou do Estatuto Social	118
3.2.2. A Devida Distinção Legal entre Contribuinte e Responsável Tributário	123
3.2.3. A Lei nº 11.941/09 e a Responsabilidade Pessoal do Administrador, Diretor e Representante da Pessoa Jurídica	125
4. Decadência e Prescrição	127

4.1. Decadência	127
4.2. Prescrição	134
4.3. Vício Material e Vício Formal	137
5. Compensação e Restituição de Tributos	144
5.1. Compensação de Tributos Administrados pelo Mesmo Órgão Público	145
5.2. O Questionamento de Impostos Ditos Indiretos: A Restrição do Art. 166 do Código Tributário Nacional	148
6. Consignação em Pagamento	150

SEÇÃO 2 – TRIBUTOS EM ESPÉCIE, 153

1. A Tributação do Consumo de Bens e Serviços	153
1.1. Imposto sobre Serviços – ISS	155
1.1.1. O Conflito de Competência Impositiva Latente para Algumas Atividades – Serviços de Consultoria e Administração de Planos de Saúde	158
1.1.2. Conflito de Competência Material – Exigência de ISS na Industrialização por Encomenda	161
1.1.3. ISS e Arrendamento Mercantil	166
1.1.3.1. A Base de Cálculo como Fundamento a Afastar a Incidência do ISS sobre o Arrendamento Mercantil	171
1.1.4. Serviços de Informática	172
1.1.5. O <i>Bis In Idem</i> no Faturamento Centralizado de Serviços Subcontratados	174
1.2. Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias e de Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS	176
1.2.1. ICMS-Mercadoria	177

1.2.1.1. Substituição Tributária e Recolhimento Antecipado do ICMS	178
1.2.1.2. As Recentes Modalidades de Substituição Tributária e Recolhimento Antecipado do ICMS	180
1.2.1.2.1. A Base de Cálculo do ICMS na Substituição Tributária	182
1.2.1.2.2. Expressa Vedação de Restituição do Imposto Pago a Maior na Substituição Tributária “Para Frente” ...	186
1.2.1.2.3. Tramitação Burocrática no Cadastro de Substituto Tributário	188
1.2.2. ICMS-Comunicação	189
1.2.2.1. Introdução	189
1.2.2.2. Questões Controversas no ICMS-Comunicação	193
1.2.2.2.1. Da Não-Incidência do ICMS-Comunicação às Atividades-Preliminares, Intermediárias e Correlatas à Prestação de Serviços de Comunicação	193
1.2.2.2.2. O Critério Temporal em Auxílio da Delimitação do Campo de Incidência do ICMS-Comunicação	194
3. Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	196
3.1. Introdução	196
3.2. A Base de Cálculo de PIS e COFINS das Instituições Financeiras	198

SEÇÃO 3 – DEMAIS TEMAS TRIBUTÁRIOS, 207

1. Certidão Negativa de Débito	207
--------------------------------------	-----

1.1. A Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário após a Tramitação do Processo Administrativo Tributário	210
2. Denúncia Espontânea e Multa Moratória	214
3. Preço de Transferência	224
3.1. Estipulação Legal da Margem de Lucro	226
3.2. Restrição de Direitos por Meio de Ato Infra-Legal.....	228
3.3. A Criação do Método do Preço de Venda menos Lucro – PVL pela Medida Provisória nº 478/09, e a Revogação do PRL	230
4. Revisão Aduaneira	231